SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA: uma profissão tensionada a reatualizar sua práxis social

Severino da Silva Martins Júnior[1]

RESUMO: O presente artigo debate o Serviço Social na Amazônia brasileira, reiterando a importância do compromisso político da profissão com valores emancipatórios presentes no projeto ético-político do serviço social. Com base em dados de pesquisa de campo realizada junto aos assistentes sociais no Estado do Pará, e na revisão bibliográfica, reflete à luz da tradição marxista, os desafios contemporâneos colocados à profissão no que se refere ao avanço do conservadorismo que está ancorado na indisposição crítico-reflexiva. O artigo privilegia o pensamento gramsciano, a fim de pontuar a necessidade do serviço social reatualizar sua práxis social (relação teoria e prática) elementos dialeticamente indissociáveis que se materializam na dimensão pedagógica do serviço social e que estão voltados ao processo de transformação social.

Palavras-chave: Serviço Social. Exercício profissional. Práxis. Transformação social.

ABSTRACT: This article discusses Social Work in the Brazilian Amazon, reiterating the importance of the profession's political commitment to emancipatory values present in the ethical-political project of social work. Based on field research data carried out with social workers in the State of Pará, and on the bibliographical review, it reflects, in the light of the Marxist tradition, the contemporary challenges posed to the profession regarding the advance of conservatism that is anchored in the critical indisposition -reflective. The article focuses on Gramscian thought, in order to point out the need for social work to update its social praxis (theory and practice relationship), dialectically inseparable elements that materialize in the pedagogical dimension of social work and that are aimed at the process of social transformation.

Keywords: Social service. Professional exercise. Praxis. Social transformation.

1 INTRODUÇÃO

> *Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos. (Antônio Gramsci)*

O artigo em tela, busca discutir a partir da revisão de literaturas alinhadas à tradição marxista, e de resultados de pesquisa, o Serviço Social no contexto da região

[1] Assistente Social, Mestre e Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Federal do Pará - UFPA, membro do grupo de estudos e pesquisa GPPUMA – UFPA, bolsista PROPESP, docente na Pós-Graduação da Faculdade ESAMAZ, e-mail: severino.junior@icsa.ufpa.br https://orcid.org/0000-0002-4426-7343

amazônica, enquanto uma profissão tensionada a reatualizar sua práxis social, provocado à rever a profundidade política de sua intervenção em um território historicamente marcado econômico, político, social e culturalmente por traços coloniais dominação social. Enquanto problema de pesquisa destaca-se a debilidade participativa da categoria em organizações políticas voltadas à garantia do acesso das classes populares aos direitos sociais, à cidadania, à democracia e à processos emancipatórios, sinalizando uma indisposição político-participativa quanto à sua função orgânica junto aos processos anti-hegemônicos. As limitações quanto ao processo de participação das/dos assistentes sociais nos espaços emancipatórios estão ligados à determinantes tais como: condições da formação profissional e vinculações precarizantes e precarizadas de trabalho?

O problema de pesquisa foi fundamental ainda, para a elaboração das hipóteses com as quais trabalhou-se, são elas: a) Possivelmente as/os assistentes sociais com fragilidades no processo formativo ligados a questões como o aligeiramento; a desconexão do ensino da pesquisa e da extensão; a individualização como marca de ensino, e a não garantia do adensamento teórico-metodológico, impossibilite a articulação das dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas, fundamentais à para participação nos espaços e processos emancipatórios. b) Talvez as/os assistentes sociais em condições precarizantes e precarizadas de trabalho, se abdicam dos referidos espaços e processos como estratégia de garantir sua vinculação contratual de trabalho. Optou-se do ponto de vista teórico-metodológico pela Teoria Social Crítica (Método) por considerarmos que o problema de pesquisa se constrói e/ou é construído, dialeticamente no âmbito das relações sociais, num campo minado de interesses distintos, e de projetos em disputa que são os espaços sócio-ocupacionais, mas também como demarcação de uma opção política, uma vez que a teoria social crítica, vislumbra processos sociais emancipatórios.

A relevância do pensamento gramsciano para o tempo presente brasileiro, se expressa principalmente pela contraposição que suas reflexões são capazes de fazer, ao obscurantismo da razão, e ao negacionismo da ciência que são próprios do contexto atual político e social brasileiro, contexto marcado pelo avanço do conservadorismo político, pelo ataque massivo e aniquilamento dos direitos sociais e consequentemente pelo recrudescimento das condições de vida. Metodologicamente,

o presente artigo está organizado da seguinte forma: seção 1, reflete a fragilidade imposta pela precarização do mundo do trabalho ao compromisso político da profissão com valores emancipatórios expressos no projeto ético-político; seção 2, discute a partir de uma leitura gramsciana, o serviço social na amazônia enquanto uma profissão tensionada a reatualizar a práxis.

2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS IMPOSTOS AO COMPROMISSO POLÍTICO COM VALORES EMANCIPATÓRIOS

O mundo contemporâneo do trabalho, tem se revelado uma severa reestruturação do processo produtivo, com desdobramentos radicais na gestão/reorganização do mercado de trabalho, o que nas últimas décadas tem sido responsável pela agudização da lógica competitiva pelo estreitamento das margens de lucro das empresas, pelo desemprego estrutural, e pelos regimes de contratos de trabalho cada vez mais flexíveis[i]. Destarte Dal Rosso (2017) compreende que o trabalho flexível incorpora espaços de tempo que até então eram improdutivos, e os aloca na dinâmica produtiva de valor, afim de garantir a continuidade da produção e consequentemente da acumulação de capital (trabalho nos finais de semana, feriados e horários que antes constituíam situações de não trabalho)[ii].

As consequências do avanço dessas dimensões para sociedade contemporânea são: intensificação e ampliação da jornada laboral, redução dos postos e precarização das condições de vida e trabalho; perda de direitos, e um cenário conservador que atinge de modo incisivo as formas culturais, a subjetividade, as identidades culturais, os projetos e utopias (IAMAMOTO, 2007). Importa dar relevância que, a precarização do trabalho responde sobremaneira às estratégias de acumulação e expansão do capital, e vem se tornando determinante na égide do projeto societário burguês, transmutando as relações humanas de trabalho, em relações desumanas.

Importa destacar ainda que, a precarização das relações de trabalho está intimamente imbicada ao modo de produção capitalista, todavia, essas relações apresentam “roupagens”, níveis e tonicidade diferenciados em cada momento histórico assim como na sociedades. Nesse sentido, a processualidade histórica da relação capital/trabalho institui claramente as constantes, impiedosas e tacanhas lutas

que caracterizam a efetivação do capital por meio de diferentes formas de exploração do trabalho humano.

Antunes (2020, p. 02), contribui com a reflexão sobre o trabalho no tempo presente, destacando que a crise do capitalismo somada à expansão letal da pandemia de Covid-19 “[...] têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver”, esses impactos reverberam negativamente nas condições objetivas, materiais e imateriais da classe trabalhadora. Ainda conforme o autor, no final de 2019 (período pré-pandemia) mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade, contudo, a crise sanitária passou a se constituir como uma força intensificadora de novas modalidades de trabalho alinhados aos padrões de flexibilização das relações contratuais, expresso principalmente na inserção de trabalhadoras e trabalhadores no universo do trabalho digital, que desde os primeiros meses de 2020, conduziu cinco milhões de trabalhadores brasileiros às condições exploradoras das plataformas laborais online, sobretudo através da modalidade de uberização.

Proni (2020) na mesma direção colabora com o debate destacando que no intercurso da pandemia de Covid-19, o processo de agudização da precarização do trabalho ganha ainda mais força, o referido processo tem suas determinações fincadas na financeirização da riqueza, na reestruturação produtiva fundada no processo de intensificação e na mutação das formas de exploração dos trabalhadores, e não menos importante, no ataque sistemático contra a organização sindical[iii] e consequentemente dos direitos dos trabalhadores. No plano objetivo das relações de trabalho, percebe-se o agravamento da subproletarização do trabalho, materializando-se nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado[iv], doméstico e informal, e agravando as condições de vida dos trabalhadores, avança o neoliberalismo[v] com suas pautas minimalistas para o Estado, reforçando não só a ideia de que bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais, mas também retirando a primazia do Estado em responder qualitativamente às expressões da questão social, aprisionando a proteção social pública, à uma ideia de assistencialismo.

Essas transformações no mundo do trabalho e consequentemente societárias, impactam indiscutivelmente o âmbito do exercício profissional da/do assistente social, uma vez que passam a condensar requisições as vezes pouco conhecidas pelo

profissional, além de abrigarem um conjunto de determinações e mediações que quando não desveladas, corporificam o trabalho despolitizado e alienado algo funcional ao projeto societário burguês, nessa direção, toda e qualquer reflexão acerca dos desafios postos ao exercício profissional, requer uma compreensão madura acerca das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. Essa relação[vi] pautada na condição assalariada de inserção profissional das/dos assistentes sociais conforme destaca Iamamoto (2007, p. 214), encontra-se mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que encontram-se desafiados a agregar o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho, elemento gerador de grandes e constantes tensões, na medida em que se leva em conta as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista.

O ataque permanente às políticas públicas, aos direitos da classe trabalhadora, ao sistema de proteção social, e ao ecoar da solidariedade de classe, assumem o caráter identificador do pensamento dominante burguês, nesse universo, o serviço social inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, e nutrido pelo compromisso político com valores emancipatórios e de promoção sociohumana, é cotidianamente desafiado pela lógica de reprodução do capital, onde destaca-se: a) capacidade teórico-metodológica de compreender a realidade social a partir de suas contradições; b) uma disposição critico-reflexiva de entender o significado social da profissão, e da sua respectiva dimensão pedagógica, imprescindível no processo de transformação social; c) construir as mediações necessárias quanto ao seu fazer técnico, vislumbrando não somente as limitações institucionais, mas as possibilidades ético-políticas de fortalecer projetos anti-hegemônicos

Em síntese, as transformações ocorridas no âmbito das relações de trabalho que em geral apontam para a desqualificação, despolitização, desregulação, desapropriação das condições de trabalho dos assistentes sociais, repercutem não somente na insatisfação individual da/do assistente social, mas acima de tudo, no letal ataque à consolidação da identidade individual e coletiva da profissão, portanto, o trabalho[vii] como uma condição ineliminável ao processo de reprodução da classe trabalhadora, requer prontidão e condutas de enfrentamento contra todas as estruturas de dominação política, econômica e cultural burguesa.

3 SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA: UMA PROFISSÃO TENSIONADA A REATUALIZAR A PRÁXIS

"No novo tempo, apesar dos perigos"[viii]

Pensar as lutas anti-hegemônicas que se incorporam à práxis social do serviço social, demanda o cuidado de não desconsiderar que essas lutas também são incorporadas pelos movimentos sociais onde suas premissas político-organizativas se confrontam com as estruturas de dominação, não essa anti-hegemonia aproxima e articula o papel social (ou a função social) que recai sobre figura dos intelectuais[ix] orgânicos, na medida em que estes passam a fazer parte pedagogicamente no cotidiano[x] dos respectivos movimentos. Enfrentar o dilema da fragilidade político-organizativa, do processo de cooptação das lideranças, e acima de tudo do conformismo, que por vezes atinge as classes populares organizadas, demanda necessariamente um processo árduo de "(re)desenhamento" da visão de mundo, enquanto algo fundamental ao processo coletivo de construção de alternativas revolucionárias.

Todavia, é importante abrirmos um parêntese, a fim de oportunizar com que algumas mediações[xi] sejam devidamente construídas para não corrermos o risco de cair num idealismo utópico, de achar que essas lutas e alternativas revolucionárias, podem ocorrer desconectadas das tendências e determinações que constituem a conjuntura desses movimentos, atribuindo aos mesmos, a culpabilidade exclusiva de desenvolver ou não a contra-hegemonia. No que se refere ao Serviço Social na Amazônia, tentaremos discutir a partir das seguintes perspectivas, a) da sua organização política, b) da sua capacidade de desmistificar a realidade compreendendo as determinações e contradições que as obscurece c) mas sobremaneira na sua capacidade e necessidade de repensar sua práxis social, no intento de alçar alternativas contrárias às impostas no âmbito da sociabilidade capitalista.

Quando pensamos o Serviço Social na Amazônia a partir *da sua organização política*, queremos pontuar que para além da inegável necessidade do fortalecimento em nível local das suas entidades político-organizativas[xii], cabe destacar, que no bojo do projeto ético-político da profissão, essa organização política alcança outras entidades políticas e coletivadas[xiii], que extrapolam os limites do serviço social, mas

que encontra-se indiscutivelmente articuladas com suas perspectivas de sociabilidade. O serviço social para além de uma especialização do trabalho, ocupa o prestígio social de área de conhecimento, que como tal, produz conhecimento mediado por ponderações baseadas na estrutura, conjuntura, e pela totalidade social[xiv]

Refletir o serviço social cujo fundamento é a própria realidade social, requer compreendê-lo inserido num universo[xv] que abriga projetos antagônicos em disputa, demanda por conseguinte um exercício intelectivo no sentido de compreender a função exercida pelo Estado no emaranhado de contradições que aprofundam relações sociais cada vez mais desiguais, que se desdobram na reatualização de pretéritas requisições[xvi], assim como no surgimento de novas impostas ao serviço social. Essa perspectiva de classe, que vai ganhando notoriedade no Serviço Social, se fortalece nos anos de 1990, na medida em que empenhado no processo formação e organização dos trabalhadores[xvii], os assistentes sociais puderam contribuir organicamente junto às lutas das classes subalternizadas, mobilizando-as no sentido de vislumbrarem alternativas de contra-hegemonia, construindo de forma radical e coletiva, longe de relativizações, mecanismos democráticos de acesso aos direitos, a cidadania, no contexto da sociedade vigente[xviii]

É importante que se pontue no entanto, que a organização política das/dos assistentes sociais, expressa na vinculação à processos políticos emancipatórios, em entidades próprias do Serviço Social como fora exemplificada anteriormente, tais como em espaços externos de luta, vem perdendo a capilaridade. Não temos a intenção de esgotar essa reflexão, contudo, trabalhamos com a hipótese de que essa realidade, se deva ao processo acelerado de precarização da formação, onde a modalidade EAD[xix] se constitui como principal referência, assim também, como uma expressão do processo de reestruturação produtiva, e das relações precarizadas e despolitizadas de trabalho.

Como pode ser compreendido a partir da tabela demonstrativa abaixo, que foi elaborada tendo como base uma enquete com 60 assistentes sociais abrangendo a cidade de Belém, região metropolitana, e região Guamá do Estado do Pará. Os dados apontam um movimento de distanciamento dos profissionais, das organizações político-coletivadas.

Tabela 1 – Assistentes sociais; instituição formativa; período de formação; participação em lutas e espaços políticos.

Instituição de Educação superior	Quant	Ano de Formação	Participação em conselhos, fóruns, comitês, sindicatos, movimentos em geral, etc.
Universidade pública	20	2005-2012	09
Instituição privada presencial	20	2007-2014	04
Instituição privada EAD	20	2012-2019	01
Total	60	Intervalo de referência	14

Fonte: levantamento realizado nos meses de março e abril de 2020

A tabela acima nos mostra, que entre os anos de 2005 a 2019, a participação de assistentes sociais na região amazônica[xx], em organizações políticas voltadas à garantia do acesso das classes populares aos direitos sociais, à cidadania, à democracia e à processos emancipatórios, é débil, tomando como referência a inserção na década de 80 do Serviço Social nos espaços de luta e movimentos sociais. Constata-se a partir das informações obtidas que dos 60 informantes[xxi], somente 14 possuem vinculação com algum tipo de entidade político-organizativa, ou seja, somente aproximadamente 24%[xxii], estão inseridos. Constata-se ainda, que destes que informaram algum tipo de vinculação, 45% foram formados por instituição pública, 20% foram formados por instituição privada presencial e 5% formados em instituição de modalidade EAD.

Consideramos oportuno trazer como contraponto à essa realidade de apatia política vivenciada pelo Serviço Social[xxiii], a reflexão de Abreu (2002, p. 206), quando discuti a função pedagógica emancipatória[xxiv] dos assistentes sociais, destacando que estes comprometidos com as classes subalternas, podem mergulhar por duas tendências: uma onde esse compromisso estaria restrito às lutas das classes subalternas, na perspectiva da defesa dos direitos, vislumbrando o Estado de bem-estar, e a segunda, comprometida com essas lutas no sentido da superação da ordem burguesa e na construção do socialismo.

Sob essa perspectiva, nos parece urgente que a práxis social expressa na condição de *intelectual orgânico* da/do assistente social, precisa ser resgatada ou reatualizada, essa afirmativa se justifica na medida em que, conjunturalmente

percebemos as instituições políticas do Estado brasileiro agirem pela via do conservadorismo político, desarticuladas da defesa dos interesses coletivos, subsumindo cultural, político e ideológico as lutas mais gerais das classes populares no âmbito da sociedade civil[xxv], como indutor de *processos funcionais* à dominação social. Essa condição orgânica cuja importância é percebida no acréscimo sociopolítico e ideológico das organizações dos trabalhadores, principalmente no que se refere à construção crítica de novas formas de compreender a realidade e as estruturas sociais, contribui estrategicamente, considerando a dimensão pedagógica que à atravessa, à elaboração (coletivada) de reivindicações, e de projetos de transformação social.

No que se refere a capacidade da/do assistente social desmistificar a realidade, compreendendo as tendências, determinações, e contradições que a obscurece, consideramos ser um desafio que se reelabora no cotidiano profissional. Primeiro, por conta da rápida mutabilidade com que as relações sociais ocorrem sob a égide do sistema capitalista, segundo, porque essa capacidade está intimamente ligada, à qualidade com que ocorre a processualidade formativa da/do assistente social[xxvi], onde em tese, deve-lhe oferecer condições e prerrogativas de identificar, analisar a realidade social à luz das contradições, empreendendo um esforço intelectivo, no sentido de refletir sobre o real para além das aparências e do óbvio.

Tendo na realidade social seus próprios fundamentos, o serviço social encontra na particularidade fenomênica o recinto privilegiado de construção das mediações necessárias ao desvelamento conhecimento[xxvii] da realidade e de suas determinações[xxviii], superando dessa forma a aparência se apropriando do concreto/real como espaço reflexivo ontológico, como destaca Pontes (2002, p. 46). Quando Marx e Engels (2002), apontam para o fato de que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, estes, constroem um legado no âmbito da teoria social crítica, no sentido de demonstrar que, homens e mulheres, não se apresentam necessariamente como se percebem, Marx & Engels (2002, p. 21) compreendem que, homens e mulheres são necessariamente, “como agem, como produzem materialmente, como trabalham”.

As reflexões trazidas pelos pensadores em destaque acima, oxigena esse debate, na medida em que, se coloca como uma demanda imprescindível para a processualidade interventiva do serviço social, no âmbito dos mais diversos espaços

sócio-ocupacionais, conhecer e reconhecer que a) as objetivações materiais e imateriais da classe trabalhadora, encontram-se mediadas por determinações, estruturas e níveis diferenciados de processos de exploração dominação e alienação; b) que conjunturalmente, se constata o acelerado processo de empobrecimento da classe trabalhadora, pela via da expropriação dos direitos sociais; na redução expressiva dos "gastos" sociais pelo Estado, ocasionando dessa forma o esfacelamento dos serviços públicos, impactando diretamente na intervenção profissional; c) que, a intervenção profissional situa-se eminentemente no âmbito das *necessidades sociais*, expressas historicamente em um conjunto expressões das desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais, demandando uma intervenção qualificada teórico, técnico e politicamente, no intento da construção de processos emancipatórios.

Por fim, a importância da (re)atualização da práxis do serviço social na amazônia considerando os dados da pesquisa, é algo urgente tendo em vista a particularidade de atuação em um território historicamente marcado pela exploração socioambiental, pelas desigualdades sociais, pelas desigualdades com que se pensa e se efetiva as políticas sociais, fator que agrava as condições de vida do homem amazônida, nessa direção, o projeto ético-político da profissão se constitui como um norte uma vez que carrega consigo um levante socialista comprometido com a superação dos indutos de dominação. Em outras palavras, mas ainda sob a orientação de uma lente gramsciana, é somente através de uma *vinculação orgânica* das/dos assistentes sociais junto às lutas das classes exploradas, espoliadas e subalternizadas[xxix], exercendo sua função pedagógica anteriormente referenciada por Abreu (2002), de forma a interagir e coletivamente com elas, forjarem um novo "bloco histórico[xxx]" contrário ao bloco hegemônico imputado pela ordem capitalista.

Nesse sentido, pressupõe-se que a práxis social da/do assistente social do ponto de vista ontológico-crítico, deva estar articulado de forma indissociável com a intencionalidade de superação dessa sociedade de classes[xxxi], vinculada radicalmente com um projeto de emancipação humana, de forma ontocriativa[xxxii], repensar sua intervenção para além concepção meramente operativa, obtendo clareza teleológica, compreendendo o projeto de sociedade que se quer construir, uma vez que a sua inserção, se dá num campo antagônico de interesses em disputa. Por fim, essa reatualização da práxis social da/do assistente social no contexto da região

amazônica, deve partir de uma aspiração ético-política, e de uma disposição para produzir impactos nos processos sociais junto aos sujeitos coletivos, organizando práticas, subsidiando a construção coletiva de consciência, fortalecendo a cultura de resistência dos segmentos historicamente aviltados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor, elaborar uma análise a partir do pensamento gramsciano, se constitui um desafio intelectual, não apenas pela profundidade filosófica e política, mas pela complexidade que é sintetizar suas categorias. Contudo, a tarefa de pensar o poder do coletivo encarnado na sociedade civil por meio dos movimentos sociais, assim como sua capacidade de fazer incidência na perspectiva de um Estado democratizado, demanda necessariamente uma disposição para mergulhar no pensamento do marxista Antônio Gramsci.

No tocante ao que se traz no bojo desse artigo acerca das lutas anti-hegemônicas, é interessante perceber a partir da leitura gramsciana que, da mesma forma que os mecanismos privados de hegemonia da sociedade civil (escola, a igreja, os partidos, os sindicatos, os meios de comunicação etc) podem ser funcionais à égide capitalista, estes, também podem ter participação medular no processo de desarticulação da hegemonia burguesa, contudo, isso só seria possível na medida em que se dispusessem a contribuir ativamente com uma releitura de mundo cuja centralidade aglutinasse os interesses históricos da classe trabalhadora. No trato aos mecanismos responsáveis pela consolidação da hegemonia burguesa[xxxiii], Gramsci reflete acerca do papel formativo atribuído ao Estado, dando visibilidade à retaguarda que o mesmo desempenha junto ao processo de reprodução do sistema capitalista.

> [...] que sempre tem o fim de criar novos e mais altos tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais vastas massas populares às necessidades de desenvolvimento contínuo do aparelho econômico de produção, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (2007, p.1576).

Todavia, o Estado é um campo de luta de classes, que pode ser tensionado para mais ou para menos no que se refere aos interesses da classe trabalhadora. Tem-se aí, porque é tão relevante é o pensamento de Gramsci, para o Serviço Social brasileiro e principalmente para o Serviço Social no contexto da região amazônica, pois oferece elementos para a compreensão de que em meio ao agravamento da

“questão social, como resultado da agenda estatal neoliberal, dimensão que impacta diretamente na atividade profissional” (Iamamoto, 2007 e 2009), estão questões afetas à estrutura e à superestrutura que precisam ser questionadas e tensionadas no interior no âmbito do fazer profissional, mas também propagado junto às organizações e lutas dos movimentos sociais.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002;

_____. **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. Serviço Social e sociedade. São Paulo, n. 79, set. 2004;

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado (pandemia capital). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020;

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011;

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: Os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo, SP: Boitempo, 2017. 286 p.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978;

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho; Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1999;

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.
_____. **O Risorgimento**: Notas sobre a história italiana, In: Cadernos do Cárcere, vol. V, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;

_____. **Maquiavel**: notas sobre o Estado e a Política, In: Cadernos do Cárcere, Vol. III, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

HARVEY, D. HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996;

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.) Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009;

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010;

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978;

_____. **Marxismo e Teoria da Literatura**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010;

MARX, Karl; & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002;
_____. **História**: Textos de Marx & Engels, Coleção grandes cientistas sociais. 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 1989;

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002;

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Curar a economia, proteger as pessoas, salvar a democracia**. In: Carta Social e Trabalho, Campinas-SP, nº 41, p. 70-83, jan./jun. 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília/DF. CFESS, 2009;

---

[i] Dentro dessa perspectiva de capital e trabalho flexibilizado, Harvey (1996 p. 140), destaca que acumulação flexível "se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (p. 140).

[ii] Um exemplo notório da tentativa de incorporação de novos espaços de tempo do trabalho pelo grande capital associada ao avanço do trabalho flexível no Brasil, ocorre por meio da tentativa do Governo Bolsonaro aprovar a Medida Provisória (MP) 905/19 – denominada Contrato Verde e Amarelo, que em seu texto original previa a abertura dos Bancos aos sábados e o aumento da jornada dos bancários de 6 para 8 horas. O relator alterou ainda o texto para permitir o trabalho nos bancos aos sábados, domingos e feriados em casos específicos, como atividades que envolvesse automação bancária; teleatendimento; serviços por canais digitais; áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial; e atividades bancárias em locais como feiras, shopping centers, aeroportos e terminais de ônibus, trem e metrô. A MP 905 foi revogada pela MP 955 de 20 de abril de 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv955.htm>.

[iii] Destarte, afirmam os autores "A reestruturação do capital complexifica a relação capital-trabalho, intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social (Antunes, 1998; Harvey, 1996; Alves, 2000).

[iv] Segundo Pochmann (2012), "o processo de terceirização tem se constituído como a maior expressão do modo de produção, reprodução e distribuição no âmbito das economias capitalistas a considerar o último terço do século XX". É um processo altamente funcional à égide do capital, haja vista que, intrínseco a esse processo encontra-se: a redução dos custos administrativos nas relações contratuais, crescimento das atividades que demandam concentração e por conseguinte maior controle da gestão; o controle da força de trabalho, desmobilizando possíveis lutas entre capital e a classe trabalhadora, uma vez que se percebe a desarticulação entre os trabalhadores, inviabilizando a resistência sindical.

[v] [...] "o neoliberalismo passou de uma doutrina político-econômica para um 'sistema normativo' que ampliou sua influência em nível global, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016).

[vi] Seja do Serviço Social em sua dimensão coletivada encontrada na profissão, seja na dimensão individual e particularizada enquanto "trabalhador assalariado" versus capital, são tensionados uma vez que vinculados ao processo de exploração da ética do trabalho o indivíduo livre é nada mais que um fragmento que organicamente corrobora (inconscientemente) com o movimento histórico de consolidação da ordem capitalista.
[vii] Digno, alocado no campo dos direitos sociais e indispensável à reprodução social do ser humano enquanto ser ontológico-genérico.
[viii] "Novo tempo" letra e música de Ivan Lins.
[ix] O marxista da Sardenha desde o Caderno 1 começa a organizar reflexões voltadas a pontuar a importância da formação de uma consciência crítica, assim como da urgência em estabelecer uma nova concepção de mundo pelos grupos subalternos. É portanto alinhado a essa perspectiva reflexiva que Gramsci inaugura um zelo reflexivo quanto a questão dos intelectuais.
[x] O cotidiano é pensado aqui como espaço real onde se contextualizam as objetivações materiais e imateriais do ser social, cuja a partir das determinações poderão ou não ser acessadas.
[xi] Compreendida como o encontro entre os elementos universais e particulares muitas vezes ocultos na imediaticidade da aparência. (Luckács, 1978, p. 106)
[xii] É importante fazer referência à incidência política que as/os assistentes sociais desempenham por meio do CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, no conjunto das lutas sociais.
[xiii] Conselho de políticas setoriais, Conselho de garantias de direitos tais como: da criança e do adolescente, da mulher do idoso etc., organizações populares com questões afetas ao campo e à cidade, sindicatos, frentes, fóruns, comitês etc.
[xiv] Como forma de estabelecer um enfrentamento da proliferação de teorias do fragmentário, da segmentação, da departamentalização e do aleatório, que retroalimentam a alienação e a fetichização da realidade.
[xv] Institucional e/ou de lutas sociais
[xvi] De acordo com Teixeira (2009), as requisições são inauguradas nos marcos da divisão intelectual do trabalho, estas demandam ao serviço social respostas profissionais, enquanto categoria que atua frente às contradições e paradoxos, impostos por estruturas, conjunturas e forças sociais expressas no cotidiano.
[xvii] Via movimento sindical, associações profissionais, movimentos sociais urbanos e rurais.
[xviii] Importa destacar que a inserção do Serviço Social nesses espaços de luta ocorrera desde a década de 80.
[xix] Cuja base não permite ao discente a devida compreensão teleológica da intervenção profissional, dinâmica esta, que agrega filosófica e politicamente a apreensão do "mais do que saber fazer, saber porque fazer". Todavia, é importante frisar que a precarização da formação em Serviço Social, não se deve único e exclusivamente à modalidade EAD, mas também à instituições cujos os eixos pesquisa e extensão apresentam-se como débeis, dentre outros fatores
[xx] Tendo como referência o Estado do Pará.
[xxi] A escolha foi aleatória, estando condicionada apenas pelo interesse de participar.
[xxii] Dentre estes, alguns especificaram que a referida participação (Como por exemplo: em conselho de políticas setoriais) se dá porque são obrigados pela gestão, tendo em vista suas relações precarizadas de trabalho.
[xxiii] Não temos todavia a intenção de construir generalizações com essa afirmação, principalmente quando se leva em consideração um universo de mais 190.000 profissionais de acordo com o CFESS, contudo, para o contexto de aplicação da enquete, consideramos algo a ser problematizado.
[xxiv] Abreu (2004) analisa a sua dimensão pedagógica, expressando-o como ação por meio da qual o profissional pode influenciar as maneiras de pensar e agir dos sujeitos envolvidos em seus processos de trabalho.
[xxv] Compreendida a partir de uma leitura gramsciana como uma esfera da disputa de diferentes projetos societários, perpassada pelas organizações e movimentos das classes sociais.
[xxvi] Sem perder de vista, que a mesma ocorre impactada e influenciada pela conjuntura e determinações da ordem burguesa.
[xxvii] Conhecer é extrair da realidade seus elementos constitutivos, é reproduzir mentalmente, o movimento do real, com o objetivo de transformar essa realidade (Luckács, 2010, p. 77)
[xxviii] Compreendidas a partir de um conjunto complexo de elementos e processualidades: econômicas, políticas, sociais, e culturais.
[xxix] Por meio de uma intervenção orgânica junto aos movimentos sociais, sindical, controle social dentre outras
[xxx] É fundamental discutir não só conceito de bloco histórico, mas a construção de um outro bloco histórico, na medida em que Gramsci reconhece que, organicamente atrelado ao desenvolvimento das

condições materiais de produção, este desenvolve uma superestrutura com fins organizativos da hegemonia social e do domínio estatal

[xxxi] De maneira elementar, contudo, não desconectado do que Marx e Gramsci apreendem como luta de classes, podemos sintetizar, como um movimento político dos trabalhadores que objetiva a transformação e superação da ordem do modo de produção capitalista, ordem essa, marcada pela polarização das classes, que tem como principal característica a contradição expressa na exploração de uma classe pela outra.

[xxxii] Terminologia concebida por Karel Kosik (2010, p. 180), para designar o homem como aquele que cria seu próprio ser.

[xxxiii] Volume III do Cadernos do cárcere.